

Nome Completo:

CPF:

INSTRUÇÕES:

- 1 - A prova de CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS contém 50 questões com 04 alternativas das quais apenas uma corresponde a resposta correta;
- 2 - Leia com atenção os enunciados e/ou os textos das questões.

01. A garantia de prioridade expressamente estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente compreende:

- (A) possibilidade de receber conforto e estímulo em algumas circunstâncias.
- (B) preferência no atendimento nos estabelecimentos bancários e no comércio.
- (C) identificação, por meio de carteira a ser emitida pela Secretaria de Justiça, para livre acesso aos meios de transportes coletivos.
- (D) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

02. “A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o e o desenvolvimento e harmonioso, em condições de existência.”

Assinale a alternativa que contém os vocábulos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do dispositivo legal apresentado:

- (A) saúde ... nascimento ... sadio ... dignas
- (B) liberdade ... crescimento ... saudável ... vitais
- (C) saúde ... despontar ... criterioso ... normais
- (D) segurança ... estudo ... regular ... excelentes

03. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) é assegurado à gestante, por meio do Sistema Particular de Saúde, o atendimento prioritário e preferencial, e sem custos quando se tratar de parturiente menor de idade.
- (B) Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação.
- (C) é obrigação legal dos hospitais particulares proporcionarem assistência psicológica à mãe adolescente no período pós-natal.
- (D) o poder público fornecerá, mediante pagamento simbólico, àqueles que necessitarem de medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

04. Sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao:

- (A) Secretário Municipal da Infância e da Juventude.

- (B) representante da Defensoria Pública.
- (C) Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- (D) Procurador do Estado da Vara da Infância e da Juventude.

05. Assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada.
- (B) O Município é responsável pela manutenção das entidades de atendimento da criança e do adolescente.
- (C) Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados aos menores, o fato deverá ser comunicado ao Procurador do Estado que oficia na Comarca.
- (D) As entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes.

06. Sobre os direitos individuais contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- (B) o adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.
- (C) a apreensão de qualquer adolescente será comunicada à autoridade policial competente.
- (D) não poderá haver internação de adolescente infrator antes da sentença judicial ou administrativa.

07. É uma garantia processual do adolescente:

- (A) ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
- (B) pleno conhecimento da atribuição de ato criminoso, mediante intimação pessoal do juiz ou do promotor.
- (C) igualdade na relação processual, não podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas.
- (D) direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

08. Conforme estabelece expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, as decisões do Conselho Tutelar, a pedido de quem tenha legítimo interesse, somente poderão ser revistas:

- (A) pelo Procurador do Estado que atua na defesa da criança e do adolescente.
- (B) pelo Ministério Público do Trabalho.
- (C) pela Defensoria Pública.
- (D) pela autoridade judiciária.

09. Relativamente às Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se criança a pessoa com até doze anos completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade incompletos.
- (B) Nos casos em que a lei determinar, deverá ser constantemente aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezenove e vinte anos de idade.
- (C) A garantia de prioridade para o adolescente compreende a primazia na formulação das políticas sociais públicas para o lazer.
- (D) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

10. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas, dentre as quais:

- (A) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- (B) liberdade representada com a finalidade de orientação.
- (C) advertência, que será aplicada independentemente de prova da materialidade da infração.
- (D) prestação de serviços comunitários, por período superior a sete meses, junto a entidades assistenciais.

11. Em relação à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta:

- (A) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- (B) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses, mediante decisão fundamentada.
- (C) A desinternação não necessita ser precedida de autorização judicial.
- (D) Não será permitida a realização de atividades externas, mesmo a critério de uma determinação judicial.

12. São diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente:

- (A) serviços gerais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de crueldade e opressão.
- (B) políticas e programas de assistência social, em caráter permanente, para todos.
- (C) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- (D) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos e deveres.

13. Analise as seguintes afirmações:

- I. A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.
- II. Os hospitais públicos e particulares são obrigados a fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do neonato.
- III. A parturiente será atendida obrigatoriamente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- IV. Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente poderão ser comunicados a qualquer Conselho Tutelar.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.

14. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

- (A) observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes.
- (B) desmembramentos de grupos de irmãos em famílias substitutivas.
- (C) proceder, sempre que possível, à transferência de crianças e adolescentes abrigados para outras entidades.
- (D) participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

15. Assinale a alternativa correta:

- (A) São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas legais.
- (B) O adolescente poderá ser internado, mesmo antes da sentença condenatória, durante o prazo mínimo de sessenta dias.
- (C) O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- (D) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

16. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias processuais:

- (A) pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante intimação.
- (B) direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
- (C) defesa técnica pelo Conselho Tutelar.
- (D) igualdade na relação processual, não podendo, no entanto, confrontar-se com vítimas ou testemunhas.

17. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que os integrantes do Conselho Tutelar, além de reconhecida idoneidade moral, devem:

- (A) ser maiores de 23 anos ou emancipados, residir na Comarca e não podem ser reeleitos.
- (B) ser brasileiros natos, maiores de 21 anos ou emancipados, podem ser remunerados e têm mandato certo de quatro anos.
- (C) ter idade superior a 21 anos, residir no Município, têm mandato certo de quatro anos, permitida uma recondução, e podem ser remunerados.
- (D) ter idade superior a 21 anos ou emancipados, residir na Comarca e não podem ser remunerados.

18. São atribuições do Conselho Tutelar:

- (A) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando a medida de encaminhamento a cursos ou programas de orientação.

- (B) assessorar o Poder Legislativo local na elaboração da proposta orçamentária para planos de atendimento à criança.
- (C) expedir declarações e outros documentos relativos ao adolescente.
- (D) propor ações que visem à suspensão ou perda do pátrio poder.

19. Assinale a alternativa correta:

- (A) Os menores de 16 anos serão assistidos, e os maiores de 16 e menores de 21 anos, representados por seus pais, tutores ou curadores.
- (B) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.
- (C) A autoridade judiciária dará tutor especial à criança ou ao adolescente, sempre que os interesses destes forem os mesmos de seus pais ou responsável.
- (D) É facultativa a divulgação de atos judiciais que digam respeito à criança e ao adolescente a que se atribua autoria de ato infracional.

20. Da apuração de ato infracional cometido por adolescente, pode-se afirmar que:

- (A) o adolescente a quem se atribua autoria do ato infracional poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículos policiais.
- (B) em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial poderá lavrar auto de apreensão, sem oitiva de testemunhas.
- (C) sendo impossível a apresentação imediata do adolescente, a autoridade policial o encaminhará para o domicílio de seus pais ou responsável.
- (D) não sendo localizado o adolescente, a autoridade judiciária expedirá mandado de busca e apreensão, determinando o sobrestamento do feito, até a efetiva apresentação.

21. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental terá início mediante:

- (A) representação da Autoridade Judiciária, exclusivamente.
- (B) denúncia da comunidade ou portaria do Conselho Tutelar.
- (C) portaria do Ministério Público ou representação do Conselho Tutelar.
- (D) portaria da Autoridade Judiciária ou representação do Ministério Público.

22. A remissão concedida pelo Juiz:

- (A) importa em suspensão ou extinção do processo, conforme o caso.
- (B) importa sempre em exclusão do processo.
- (C) implica no reconhecimento da autoria do ato infracional.
- (D) será levada em conta para efeito de antecedentes criminais.

23. Em relação às competências do Ministério Público previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas:

- I. Instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los, requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas.
- II. Instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração

de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.

III. Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

IV. Aplicar penalidades por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude, com prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator.

Estão corretas apenas as afirmativas

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) I, II e III.

(D) I, III e IV.

24. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o adolescente em regime de semiliberdade tem assegurado o direito de:

I. Matrícula na escola e no período que mais lhe agrade.

II. Organização e participação em entidades estudantis.

III. Participação na definição da proposta educacional da escola.

IV. Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

V. Frequência irregular ou dispensa das aulas, em razão da sua situação de semiliberdade.

Assinale a alternativa que apresenta apenas afirmações em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) IV e V.

(D) I, III e V.

25. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de atendimento não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no(a):

(A) Promotoria da Infância e da Juventude.

(B) Defensoria Pública.

(C) Procuradoria do Estado.

(D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

26. De acordo com o ECA, considera-se:

(A) criança – pessoa até dez anos de idade incompletos; adolescente – pessoa entre dez e dezessete anos de idade.

(B) criança – pessoa até doze anos de idade incompletos; adolescente – pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

(C) criança – pessoa até treze anos de idade incompletos; adolescente – pessoa a partir de treze anos até dezesseis anos completos.

(D) criança – pessoa até quatorze anos de idade incompletos; adolescente – pessoa que tem entre quatorze e dezoito anos completos.

27. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de:

- (A) promover o desenvolvimento físico e emocional da criança e do adolescente.
- (B) julgar os casos de discriminação e maus tratos à criança e ao adolescente.
- (C) zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) decidir sobre a guarda e adoção de crianças abandonadas.

28. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Em relação ao direito assegurado, conforme art. 53 da Lei n.º 8.069, leia as afirmações e assinale V (verdadeiro) e F (falso):

- () Ser respeitado por seus educadores.
- () Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores.
- () Organizar e participar de entidades estudantis.
- () Participar da definição e elaboração da proposta curricular do município.
- () Ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A sequência correta é:

- (A) F, V, V, F e F.
- (B) V, V, V, V e F.
- (C) F, V, F, V e F.
- (D) V, V, V, F e V.

29. Segundo os artigos 15 e 16 do ECA, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais conforme previsto na Constituição e nas leis. Entende-se como direito à liberdade os seguintes aspectos:

- I. ter direito de opinar e de se expressar.
- II. brincar, praticar esportes e divertir-se.
- III. participar da vida política, na forma da lei.
- IV. buscar refúgio, auxílio e orientação.

Está correto o contido em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV

30. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a política de proteção integral à criança e ao adolescente, a saber:

- I. nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- II. é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

IV. a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento após os vinte e um anos de idade.

Segundo o ECA, está correto o contido em:

- (A)** I, II, III e IV.
- (B)** II, III e IV, apenas.
- (C)** I, III e IV, apenas.
- (D)** I, II e III, apenas.

31. De acordo com o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao identificar suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra um aluno da escola, o inspetor de alunos deve:

- (A)** encaminhar o aluno para atendimento médico e terapêutico.
- (B)** proporcionar condições de atendimento aos pais e aluno na escola.
- (C)** informar seu superior, que encaminhará o caso ao Conselho Tutelar da localidade.
- (D)** garantir proteção policial ao aluno, punindo os responsáveis pela violência.

32. Segundo o art. 53 do ECA, é assegurado à criança e ao adolescente:

I. o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

II. o direito de organização e participação em entidades estudantis.

III. a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

IV. ter educador com excesso de faltas injustificadas.

Está correto, apenas, o contido em:

- (A)** I e II.
- (B)** I e III.
- (C)** II e III.
- (D)** I, II e III.

33. Durante o intervalo, os alunos de uma determinada escola apresentam dificuldades de organização; alguns comem várias vezes, outros, não se alimentam e, quando decidem comer, já terminou o tempo do intervalo. Considerando-se essa situação e o art. 3.º da Lei n.º 8.069, a intervenção do inspetor de alunos deverá ser:

(A) solicitar junto ao diretor da escola um período maior de intervalo, já que o atual não atende as necessidades dos alunos.

(B) convocar os pais dos alunos e tentar resolver com eles o problema.

(C) organizar uma fila, garantindo assim condições para os que desejam se alimentar no tempo certo.

(D) ignorar o problema, pois servir merenda não é função do inspetor de alunos.

34. Neste ano, uma candidata a membro do Conselho Tutelar de determinado município apresentou em seu currículo os comprovantes dos seguintes dados:

- 1 – nascida no ano de 2004.
- 2 – formada em pedagogia.
- 3 – residente no município vizinho, a apenas 15 quilômetros de distância.
- 4 – comprovada idoneidade moral.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa candidatura não pode ser formalizada em virtude:

- (A) do item 2, apenas.
- (B) dos itens 1 e 3, apenas.
- (C) do item 1, apenas.
- (D) do item 3, apenas.

35. Durante uma aula vaga, alguns alunos iniciaram uma brincadeira de pichação nos muros e paredes da escola. Verificando a confusão, o inspetor de alunos colocou os envolvidos na brincadeira de castigo, impedindo-os de voltarem a assistir às aulas. Segundo o art.18 do ECA, essa atitude do inspetor está:

- (A) incorreta, porque deixou de zelar pela dignidade desses alunos.
- (B) incorreta, porque os adolescentes deveriam ser encaminhados para a autoridade policial.
- (C) correta, porque o inspetor deverá tomar as medidas necessárias para manter a ordem.
- (D) incorreta, pois esses problemas disciplinares devem ser resolvidos pelo Supervisor de Ensino.

36. Ao organizar a apresentação de final de ano da escola, alguns professores solicitaram ajuda do inspetor de alunos, durante as aulas livres, para os ensaios. Uma das alunas não participava de nenhum ensaio, pois, segundo ela, sua religião não permitia dançar. Essa aluna tem seu direito resguardado, de acordo com o art. 16. do ECA, no que diz respeito à:

- (A) preservação da imagem, da identidade e da autonomia.
- (B) liberdade à crença e ao culto religioso.
- (C) igualdade de oportunidades no desenvolvimento de sua educação.
- (D) ser respeitada em suas aptidões.

37. Leia o texto para responder à questão: O Conselho de Escola aprovou, com voto contrário dos alunos e desconsiderando as normas estabelecidas no ECA, a seguinte regra “Será impedida a entrada, na escola, dos alunos que não estiverem devidamente uniformizados.”

De acordo com a decisão do Conselho de Escola:

- (A) o aluno poderá entrar na escola sem uniforme uma vez que a Lei lhe assegura esse direito.
- (B) o aluno deverá ser encaminhado à direção da escola para autorização em caráter excepcional.
- (C) o inspetor de alunos deve impedir a entrada de alunos sem uniforme.
- (D) o aluno só poderá entrar na escola sem uniforme se for em dia de prova.

38. Ao observar que havia muitas crianças e adolescentes, em idade escolar, perambulando pelas ruas do bairro onde se localiza a escola em que trabalha, o inspetor de alunos, Jeferson, preocupado com a situação levou o problema para a equipe gestora, que resolveu analisar a possibilidade de abrir novas vagas para matrícula desses alunos. Com essa medida, Jeferson auxiliou os pais desses alunos a cumprirem o que estabelece o ECA, no art. 55, que trata da:

- (A) obrigação de matricularem os filhos na rede regular de ensino.
- (B) participação da comunidade na vida escolar da criança e do adolescente.
- (C) preservação dos vínculos familiares.
- (D) necessidade de saúde, educação e alimentação das crianças e adolescentes.

39. Numa determinada escola, o diretor recebeu denúncias de que um inspetor de alunos da escola colocava apelidos nos alunos, ressaltando negativamente algum aspecto físico, modo de andar ou de falar, depreciando os alunos e colocando-os numa situação desagradável e vulnerável perante os seus colegas. O diretor alertou o inspetor reportando-se ao ECA (art. 17), afirmando que isso não poderia mais acontecer, pois com sua atitude, segundo o ECA, ele estava:

- (A) violando o direito de respeito à imagem das crianças e dos adolescentes.
- (B) igualando-se aos adolescentes e eximindo-se de ser um profissional responsável por eles.
- (C) ridicularizando alguns alunos, para ganhar a simpatia de outros.
- (D) reforçando aspectos negativos e tentando corrigir atitudes inadequadas.

40. Um pai requereu à coordenação da escola que determinado livro didático e material escolar fossem adotados para a classe do seu filho. A escola negou o pedido e a coordenadora informou que a escolha do material escolar e do livro didático é de responsabilidade dos professores, que se pautam na proposta pedagógica da escola. Analisando essa situação à luz do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº 8.069/90), pode-se afirmar que:

- (A) a escola errou ao não atender a solicitação do pai, pois este tem amparo na legislação para escolher o material escolar e o livro didático que deverá ser adotado pela escola.
- (B) a diretora errou, em parte, ao não atender o requerido, pois o direito do pai de escolher o livro didático não se estende à escolha do material escolar a ser utilizado na sala de aula.
- (C) a escola agiu acertadamente, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente não atribui aos pais o direito de escolher o livro didático e o material escolar a ser adotado pela escola.
- (D) cabe aos pais escolher o material e o livro didático a ser utilizado pelo professor, desde que o façam antes do início do ano letivo. A escola deveria dar essa informação.

41. Ao tomar conhecimento do fato de que um dos seus alunos é vítima de maus tratos na família, o professor do 2.º ano do ensino fundamental informou ao diretor da escola que imediatamente oficiou ao Conselho Tutelar, para as providências cabíveis. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, a iniciativa da escola está, nesse caso:

- (A) errada, pois o caso de maus tratos envolvendo alunos não está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (B) errada, pois cabe ao professor comunicar diretamente o Conselho Tutelar.
- (C) errada, pois o professor deveria ter comunicado diretamente o Promotor da Criança e do Adolescente.
- (D) correta, pois cabe aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos envolvendo seus alunos.

42. O Diretor Escolar de uma escola da Rede Municipal recebe a informação de uma professora que um de seus alunos apresenta sinais visíveis pelo corpo que podem indicar agressão doméstica. Após uma verificação cuidadosa, tal suspeita é confirmada: a criança é espancada regularmente pelo pai, um alcoólatra. Assim, esse Diretor, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá:

- (A) comunicar o fato ao Conselho Tutelar do Município.
- (B) fazer um boletim de ocorrência a ser encaminhado à Secretaria da Educação.
- (C) solicitar à professora que mantenha o fato sob maior discrição possível, para não expor a criança.
- (D) deixar que a mãe faça a denúncia no momento que achar mais adequado.

43. Sancionado em 13 de julho de 1990, portanto há 25 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a regulamentação do artigo 227 da Constituição, que estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Assim, para os efeitos do ECA, considera-se criança a pessoa:

- (A) até treze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre treze e vinte anos de idade.
- (B) que está matriculada na educação infantil e adolescente aquela que está no ensino fundamental ou médio.
- (C) que se encontra matriculada até ao quinto ano do ensino fundamental e adolescente, a partir do sexto ano.
- (D) até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

44. Leia o fragmento de uma notícia publicada em um jornal de São Paulo.

**“TIO” ACOLHE CRIANÇA APREENDIDA
SEIS VEZES NA CRACOLÂNDIA EM SP**

Aos recém-completados 12 anos, idade em que já poderia estar no sétimo ano do ensino fundamental, o menino não sabe ler nem escrever.

Nesta semana, foi apreendido pela sexta vez pela polícia por vender drogas, apontado como o mais jovem traficante da cracolândia, reduto de usuários de crack na região central de São Paulo.

Segundo a polícia, a criança era peça essencial na cadeia de produção e distribuição de crack no centro.

[...]

A juíza Vanessa Vaitekunas Zapater, que determinou a liberação do menino, diz que nem ele nem o irmão tinham passagem pela Vara da Infância e Juventude e mandou que os dois fossem entregues ao Conselho Tutelar.

(Folha.com, 21.08.2010. Adaptado)

Dentre as medidas de proteção previstas no ECA, o Conselho Tutelar poderá, dentre outras:

- I. encaminhar aos responsáveis, mediante termo de responsabilidade.
- II. oferecer orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- III. incluir em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.
- IV. internar em estabelecimento educacional.

São verdadeiras apenas as afirmações contidas em:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.

45. Ao requerer do poder público a efetivação do direito à saúde e à profissionalização do seu filho de 19 anos, fundamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente, a mãe foi informada de que, para efeito dessa lei, adolescente é a pessoa que tem:

- (A) entre onze anos incompletos e dezessete anos e onze meses.
- (B) de doze a dezessete anos e onze meses de idade.
- (C) entre doze e dezoito anos de idade.
- (D) de onze anos completos a dezessete anos e onze meses.

46. A professora de educação infantil de uma escola pública colocou uma criança de quatro anos de castigo, com os braços abertos, na frente da classe. O pai fez Boletim de Ocorrência e a denunciou ao Ministério Público.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a atitude da professora pode ser enquadrada como:

- (A) compatível com as normas previstas para a educação escolar, portanto, isenta de qualquer culpa.
- (B) medida punitiva prevista em lei e fundada em princípio educacional, que deve ser julgada à luz dos fatos que a provocaram.
- (C) medida educativa prevista para casos de indisciplina e de desobediência, especificamente quando ocorre com professores, em sala de aula.
- (D) infringência à lei, que prega o dever de todos velarem pela dignidade da criança, pondo-a a salvo de qualquer tratamento vexatório.

47. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), institui no seu artigo 4.º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, a garantia de prioridade compreende:

- I. primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- IV. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- V. proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que assegurem o desenvolvimento físico.

Está correto o contido em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

48. Nos dias atuais é polêmica a participação de crianças em determinados eventos e, na escola, todo cuidado é pouco, pois ocorrem muitas atividades extraescolares que expõem os alunos e acabam infringindo o contido no ECA. Mediante a situação exposta, leia os trechos dos artigos 75 e 76, que tratam da Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos e assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas:

As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando _____.

As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, _____ para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

- (A) apresentarem documentação ... cenas liberadas pela censura
- (B) acompanhadas dos pais ou responsável ... no horário recomendado
- (C) atingirem a maioria ... nas escolas
- (D) devidamente identificadas ... no horário liberado

49. O artigo 53 do ECA, ao destacar “o direito de ser respeitado por seus educadores” revela o:

- (A) dever do aluno em respeitar o educador.
- (B) direito do aluno à qualidade da escola.
- (C) direito do aluno à educação.
- (D) dever do aluno em aprender a respeitar.

50. Consoante o art. 56 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), cabe aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar um dos seguintes casos apresentados a seguir:

- (A) maus-tratos causados pelos alunos aos professores.
- (B) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- (C) ausência ou irregularidade de transporte escolar, prejudicando a frequência dos alunos às aulas.
- (D) elevados níveis de queixas dos professores pelo mal comportamento dos alunos.